



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 06 /GG

Teresina (PI), 18 de ~~FEVEREIRO~~ 2019

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Palácio Petrônio Portella

NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 18 / 02 / 2019

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o **Projeto de Lei Complementar** que *"Dispõe sobre as vedações decorrentes dos limites previstos na Lei de Responsabilidade fiscal referentes a gasto com pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Piauí, e dá outras providências."*

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o nosso País ainda atravessa uma de suas maiores crises fiscais de sua história, que vem ocasionando a diminuição constante das transferências constitucionais obrigatórias, que consequentemente acarretam um agravamento no equilíbrio orçamentário do nosso Estado.

Com efeito, e não obstante o esforço de buscar sempre o crescimento das receitas próprias estaduais, é fato público e notório que existe o inexorável crescimento das despesas correntes, dentre estas o da despesa com pessoal, que agrava mais ainda o fluxo de caixa do tesouro estadual, com a consequente drenagem de recursos que seriam imprescindíveis nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Dáí porque objetiva a presente proposta impedir o crescimento descontrolado, neste momento, dos gastos com a folha de pessoal, seja com a concessão de novos reajustes, seja pela implantação de promoções e progressões dos servidores, que poderiam seriamente comprometer o equilíbrio fiscal de nossa unidade federativa, que inclusive já se encontra acima do limite prudencial com despesa de pessoal.

Dessa forma, em virtude da importância das matérias, solicitamos aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.

JOSÉ WELINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

18, 02, 19
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

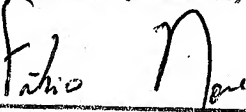
Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 18 / 02 / 2019


1º Secretário

Dispõe sobre as vedações decorrentes dos limites previstos na Lei de Responsabilidade fiscal referentes a gasto com pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Piauí, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica vedado pelo prazo de um ano e para todas as categorias de servidores públicos ou militares da Administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado do Piauí, contratações ou provimento de cargo público civil ou militar, permanecendo vedados os provimentos de que trata este artigo enquanto a despesa total com pessoal perdurar superando o limite prudencial previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A vedação no **caput** deste artigo estende-se, pelo mesmo prazo, às progressões ou enquadramentos previstos em lei, para servidores públicos civis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual.

§ 2º A vedação ao enquadramento a que se refere o § 1º restringe-se aos decorrentes de alteração na estrutura de carreira que impliquem aumento de despesa, independentemente da fase dos respectivos processos administrativos.

§ 3º Para os efeitos desta Lei Complementar a vedação de provimento consiste:

- I - na nomeação ou promoção em cargo de carreira civil ou militar;
- II - na reintegração decorrente de invalidação administrativa de demissão.

§ 4º Ficam ressalvadas da vedação prevista no **caput** deste artigo:

- I - reposições decorrentes de nomeação que não implicar em nova despesa;
- II - reposições decorrentes de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Art. 2º É vedada a concessão de vantagem financeira, bem como o reajuste ou acréscimo nas remunerações e subsídios de todas as categorias de servidores públicos estaduais, enquanto a despesa total com pessoal superar o limite prudencial previsto na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excetua-se da vedação prevista no **caput** deste artigo a revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais para a garantia do salário mínimo nacional vigente, no ano de 2019.

Art. 3º Nos períodos em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo estiver abaixo do limite prudencial, o ato que provocar aumento das remunerações e subsídios de qualquer categoria de servidores públicos e militares estaduais, bem



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

como que ocasionar nomeações, contratações, promoções e progressões funcionais deverá ser acompanhado do seguinte:

I - a comprovação da estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como da demonstração de origem de recursos para seu custeio, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 17, §1º, deverá ser realizada pela Comissão de Gestão de Pessoas;

II - a comprovação de que os efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serão compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 17, §2º, deverá ser realizado pela Comissão de Gestão Financeira e por Resultados.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar para sua melhor aplicação.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 11 de Fevereiro de 2019.